

# A ESCOLA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL: TRAJETÓRIAS, EXPERIÊNCIAS E POLÍTICAS PÚBLICAS

## THE FULL-TIME COMPREHENSIVE EDUCATION SCHOOL: TRAJECTORIES, EXPERIENCES, AND PUBLIC POLICIES



**ALIANA DA SILVA ROCHA LOPES**

Graduação em Pedagogia pela Universidade Camilo Castelo Branco (2010); Pós-graduação em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Universidade Cidade de São Paulo (2012); Professora de Educação Infantil no CEI Conjunto Prestes Maia.

### RESUMO

Nos últimos anos as discussões sobre a ampliação da jornada escolar (MÓL, 2017; COSTA, 2017), giram em torno de muitas questões, dentre elas os aspectos quantitativos e também a possibilidade de outras construções curriculares. Tais discussões fazem parte dos caminhos nos quais a Educação integral se desdobra no Brasil. Pensando em um traçado histórico da Educação Integral, o tema da ampliação da jornada escolar no Brasil, se tornou alvo de inúmeras pesquisas desde sua implantação. A criação de diferentes modelos e experiências de escolas de Educação Integral em Tempo Integral em nosso país marcam suas trajetórias, nas quais influenciaram os mais recentes modelos de escola. A trajetória histórica da Educação Integral em tempo integral nos revela os desafios que a ampliação da jornada escolar traz para a escola. O desejo de desenvolver esta pesquisa demonstra a nossa intenção ao recuperar, problematizar e tentar atualizar os fundamentos da educação integral, apontar os caminhos para uma educação que busque a formação humana.

**Palavras chaves:** Educação integral; Tempo integral; Trajetórias.

## **ABSTRACT**

In recent years, discussions about extending the school day (MÓL, 2017; COSTA, 2017) have revolved around many issues, including quantitative aspects and the possibility of other curricular constructions. These discussions are part of the paths in which comprehensive education unfolds in Brazil. Considering a historical overview of comprehensive education, the theme of extending the school day in Brazil has become the target of numerous research projects since its implementation. The creation of different models and experiences of full-time comprehensive education schools in our country mark their trajectories, influencing the most recent school models. The historical trajectory of full-time comprehensive education reveals the challenges that extending the school day brings to the school. The desire to develop this research demonstrates our intention to recover, problematize, and try to update the foundations of comprehensive education, pointing out paths for an education that seeks human formation.

**Keywords:** Comprehensive education; Full-time; Trajectories.

## **INTRODUÇÃO**

O direito a Educação previsto na Constituição de 1988, bem como o acesso a escola, segue garantindo a possibilidade de ascensão social para uma grande parcela da população brasileira. No caso da escola pública, onde se concentram grande parte dos alunos oriundos das classes populares, a escola assume extrema importância, sendo assim considerada como espaço de construção de conhecimentos. Pensando neste viés, seria importante que os estudantes permanecessem mais tempo na escola, fazendo assim com que ela cumprisse seu papel para a construção da democracia. (CAVALIERE; COELHO, 2017. p. 13).

A Educação Integral então assume ser um tipo de educação para além da instrução escolar, envolvendo-se radicalmente com a formação dos estudantes de forma efetiva e não apenas complementar. Uma formação que abrange aspectos intelectuais, culturais, artísticos, dentre outros, abrindo à escola para suas redondezas, atrelada ao que trataremos nesta pesquisa de Educação Integral em Tempo Integral.

A partir dessas ideias iniciais surge o desejo de trazer uma pesquisa cujo tema aborde a trajetória da Educação Integral em Tempo integral. Trata-se de um tema relevante, pois diante do cenário educacional brasileiro que vem ao logo dos anos passando por grandes transformações oriundas de várias ideias e lutas é importante propor abordagens teóricas e críticas a respeito do tema proposto.

O desejo de se construir uma educação que garanta o desenvolvimento integral dos estudantes, mobiliza essa pesquisa que terá como objetivo principal problematizar os caminhos da Educação integral, que apontam para a construção de uma Educação em Tempo Integral para as classes populares. Dentro dessa perspectiva ainda se torna importante refletir sobre a construção de uma escola que facilite o desenvolvimento de projetos políticos pedagógicos, que favoreçam e privilegiem o pensar coletivo, a

gestão democrática, os espaços-tempo, promovendo um debate sobre uma formação que abranja os aspectos intelectuais, culturais, artísticos, dentre outros, abrindo a escola para suas redondezas, atrelada ao que trataremos nesta pesquisa de Educação Integral em Tempo Integral. (COELHO, 2013, p. 5).

Para fins desta pesquisa utilizaremos a obra de Ana Maria Villela Cavaliere (2007; 2009; 2017) e Lígia Martha C. da Costa Coelho (2009; 2017), para tratar sobre os recortes históricos referentes a escola de tempo integral, analisando também o arcabouço legal em que ela se apoia no Brasil contemporâneo.

Acreditamos também que será importante problematizar as práticas e especificidades normativas, que se desdobram em novas concepções sobre a educação e os caminhos que perseguem a inovação e a qualidade no ensino.

Utilizaremos ainda a obra de Sara César Mól, tratando sobre os aportes normativos da ampliação da jornada escolar no Brasil, constituindo-se como uma inovação recente no cenário educacional brasileiro e alvo de investimentos por parte das políticas públicas governamentais. A autora traz as concepções desde as iniciativas de “Anísio Teixeira, com o centro Educacional Carneiro Ribeiro (CECR) na Bahia, nos anos 1950, e de Darcy Ribeiro, com os centros Educacionais de Educação Pública (CIEPS) no Rio de Janeiro, nos anos 1980.” (MÓL, 2017, p. 67).

Sobre a construção dos tempos escolares em suas diferentes noções e concepções, Cláudia da Mota Darós Parente (2010), analisa a concepção de tempo, considerando sua construção sócio-histórica e cultural. Os tempos escolares como construções humanas que sofrem transformações. Ao apresentar a abrangência da noção de tempos escolares, traremos a perspectiva da ampliação da jornada escolar que foi um grande elemento incentivador para se pensar os tempos escolares, estimulando debates e críticas com relação à necessidade de construir tempos escolares mais adequados ao contexto e as necessidades dos estudantes. Ainda sobre os tempos escolares, acreditamos que as discussões sobre essa temática se articulam com as discussões sobre espaço, pois segundo Santos “O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único no qual a história se dá”. (1996, p. 51).

A ampliação que hoje vem se impondo às tarefas e compromissos da escola fundamental, nos mobiliza a pensar e refletir sobre o cenário educacional brasileiro (SAVIANI, 1989) ao lado das já citadas políticas de retenção das crianças na escola, representa elementos novos. Tais elementos, identificados, compreendidos e inseridos em um projeto político crescentemente compartilhado, podem levar à composição de uma nova identidade para a escola brasileira.

Ao longo dos anos várias pesquisas sobre a escola integral em tempo integral (CAVALIERE, 2007; 2009; 2017; COELHO, 2009), evidenciam a importância de discutirmos a educação para além da ampliação da jornada escolar. A relação entre educação-tempo-espacó nos convida a delimitar como questão principal a possibilidade de uma formação humana dentro das escolas que contemple as especificidades dos estudantes.

## BREVE HISTÓRICO E TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

Fazendo um recorte histórico para apontar a trajetória da Educação Integral em Tempo Integral no Brasil, apresento primeiramente a criação da Escola Parque que foi projetada e implantada por Anísio Teixeira em Salvador/ Bahia, quando ocupava a Secretaria de Educação do Estado (1947-1951) no governo de Otávio Mangabeira. O nascimento da Escola-Parque fazia parte de um ambicioso projeto de reestruturação do ensino da Bahia. Pretendia-se criar centros de ensino em todo o Estado para alunos até os 18 anos, com o objetivo de fornecer à criança uma educação integral, com orientações básicas de alimentação saudável, saúde, higiene e inserção no mundo da cultura e do esporte, além de formar para o mundo do trabalho. Em 1950, foi inaugurada o Centro Educacional Carneiro Ribeiro, no bairro da Liberdade, na capital baiana. No seu discurso de inauguração, Anísio declarou:

“Desejamos dar, de novo, à escola primária, o seu dia letivo completo. Desejamos dar-lhe os seus cinco anos de curso. E desejamos dar-lhe seu programa completo de leitura, aritmética e escrita, e mais ciências físicas e sociais, e mais artes industriais, desenho, música, dança e educação física. Além disso, desejamos que a escola eduque, forme hábitos, forme atitudes, cultive aspirações, prepare, realmente, a criança para a sua civilização – esta civilização tão difícil por ser uma civilização técnica e industrial e ainda mais difícil e complexa por estar em mutação permanente. E, além disso, desejamos que a escola dê saúde e alimento à criança, visto não ser possível educá-la no grau de desnutrição e abandono em que vive”. (TEIXEIRA, 1959, p. 79).

Mais tarde, o Centro Educacional, ficaria conhecido como Escola-Parque. Para Almeida (2001, p.128) a Escola Parque foi pensada de uma maneira que lembrava uma universidade mirim, ligada a outros lugares da cidade, acompanhando também o processo de urbanização e a incipiente industrialização que se instalava. Foi um projeto ambicioso e caro. Para se transformar em uma política pública, o sonho de transformar as escolas de ensino primário em minis centros universitários, demandaria uma série de mudanças no cenário educacional.

Infelizmente esse sonho fracassou e Anísio Teixeira passou a ser muito criticado. Para as críticas ele responde: “[...] é custoso e caro porque são custosos e caros os objetivos a que visa. Não se pode fazer educação barata – como não se pode fazer guerra barata.” (TEIXEIRA, 1959).

É possível afirmar que a política proposta por Anísio Teixeira não era para uma escola, mas para um sistema de ensino, mesmo que para isso fosse preciso ter muitos gastos. Tal situação trazia diversas tensões e assustava as autoridades e os grupos políticos. Sua concepção pautava-se no princípio da educação obrigatória, gratuita e universal. Na perspectiva defendida por ele a educação só poderia ser ministrada pelo Estado. Em suas palavras: “Impossível deixá-la confiada a particulares, pois estes somente podiam oferecê-la aos que tivessem posses (ou a “protegidos”) e daí operar antes para perpetuar as desigualdades sociais, que para removê-las”.

Em seus ideais a escola pública, comum a todos, não seria, assim, um instrumento de benevolência ou concessão de uma classe dominante, tomada pela bondade de ajudar aos outros. Para Anísio Teixeira a escola pública seria um direito do povo, sobretudo das classes trabalhadoras, para que,

na ordem capitalista, o trabalho não os limitasse ao servil, submetidos e degradados, mas de certa forma os tornassem sujeitos conscientes dos seus direitos, dentre eles a ampliação da jornada escolar. (TEIXEIRA, 1959, p.81)

A partir dos anos de 1980, o tema da ampliação da jornada escolar, se estabeleceu no cenário educacional brasileiro (CAVALLIERE; COELHO, 2017, p. 03). As discussões sobre esse tema apontavam questões importantes sobre o currículo, sobre a organização e funcionamento das escolas. Posteriormente a ampliação da jornada escolar da escola pública foi prevista em lei (LDB nº 9394/96, Art. 34, recomendando o aumento progressivo para além das quatro horas). Com isso, a escola tende a assumir grande importância na vida social e no desenvolvimento intelectual da população oriunda das classes populares.

A partir dos anos 90, a ampliação da jornada escolar começou a fazer sentido a partir da concepção de educação integral, ‘que passou a sintetizar a ideia dessa nova prática: uma escola que atuasse para além da instrução escolar, envolvendo-se radicalmente – e não apenas suplementarmente – com as esferas da cultura, da arte, da educação do corpo e dos valores da cidadania.’ (CAVALLIERE; COELHO, 2017, p. 14).

O traçado histórico aqui apresentado busca a reflexão sobre a criação das escolas de Educação integral em tempo integral, em diferentes momentos, como por exemplo a criação da Escola Parque na Bahia e dos Centros Integrados de Educação Públicas (CIEPS), criados nos anos 80, pelo então governador do Rio: Leonel Brizola.

A escola-parque concebida por Anísio Teixeira também serviu de inspiração para um projeto ambicioso do governo do Rio de Janeiro, nas duas gestões de Leonel Brizola (1983-1987 e 1991-1995).

Embora nos textos oficiais do Programa dos CIEPs apareçam incorporações de um discurso típico do materialismo histórico, como também do pensamento de Paulo Freire, a predominância, que se revela nos textos de Darcy Ribeiro, seu idealizador, e nas proposições concretas, segue de perto a tradição do pensamento de Anísio Teixeira. (Cavaliere, 2009). Foi principalmente através de Anísio Teixeira que a educação integral adquiriu a dimensão de alternativa generalizável, adequada ao mundo moderno, e não de mero treinamento intensivo, com vistas à adequação das populações “indisciplinadas” às novas exigências do sistema industrial urbano. No Brasil do século XXI, surgiram inúmeros programas educacionais de governos estaduais e municipais que incorporam o conceito de educação integral.

A (re) construção ou a adequação das Escolas Integrais, através de um plano de desenvolvimento econômico e social de prioridade máxima criada pelo governo do Estado do Rio na década de 80 surgirão os CIEPs – Centro Integrado de Educação Pública. Ele surgiu quando mais de 125 mil alunos evadiam da escola nas séries iniciais, o que representava mais de 50% do total de alunos, segundo afirma Cunha. Os CIEPs surgiram na perspectiva de: um atendimento escolar efetivo para os alunos do 1º grau, eliminar o terceiro turno das escolas públicas, criar um suporte direto e formador para professores de classe de alfabetização e da 5ª série (equivalente hoje ao 5º ano – último ano do fundamental I) e o intuito de dar uma jornada mínima de 5 horas. (NUNES, 2009, p.140).

E então, resistimos? O que ficou depois do projeto CIEP? Chegamos em um ponto: avançamos ou desistimos? Existe a (re) construção da Escola Integral, ou ela se transformou? Muito foi semeado com a proposta de uma Escola para todos. Uma escola onde a cultura, esporte e arte eram tão importantes como conteúdos escolares, digo: Leitura e interpretação, Cálculos matemáticos, Ciências da natureza e humanas, História e Geografia.

Em 1993, uma ONG ligada ao Banco Itaú Unibanco, o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC), que se identificava como uma organização da sociedade civil, lançou o Projeto Raízes e Asas, contando com o apoio do Ministério da Educação (MEC) e do banco Itaú. Tal projeto era composto pela divulgação de fascículos que sugeriam estratégias de gestão, avaliação, ensino-aprendizagem e trabalho docente. (COSTA, 2017, p 40). Em 1994. O lançamento do Guia de Ações Complementares à Escola para Crianças e Adolescentes, propunha, dentre outras coisas, a divulgação de projetos educativos desenvolvidos fora do espaço escolar, sob a coordenação de educadores sociais. Os educadores sociais seriam tradutores socioculturais daqueles que estão à margem da sociedade e estes, colaboraram com a promoção da cidadania.

Atualmente o conceito de educação integral, está assegurado no campo educacional e em outras áreas da política social. A garantia de proteção integral das crianças e dos adolescentes de receber atenção em todas as suas necessidades, tanto nas áreas: sociais, pessoais, do desenvolver, do aprender, buscam a formação integral dos estudantes. Através da LDB Lei de Diretrizes e Bases (nº 9.394/96), do ECA Estatuto da Criança e do Adolescente e da própria Constituição Brasileira.

Nos anos 2000, a abertura das escolas para seus arredores traz a proposta para a construção de um espaço mais democrático, onde a ampliação da jornada escolar não trataria de um enclausuramento dos alunos nos espaços escolares. Além disso, surgiam as perspectivas de rompimento dos muros das escolas e abertura para o mundo e a cultura ao seu redor. No entanto essas ideias seguiam acompanhadas por organizações sociais e outros setores que tinham interesse de tirar algum proveito do fato da educação ter uma nova configuração em tempo integral. A crítica a esse modelo educacional aponta para o fato de que a escola em si não foi repensada nesse momento, pois utilizaria de equipamentos ou espaços externos onde aconteceriam atividades para manter o aluno mais tempo em seus espaços. Coelho e Cavaliere afirmam que:

“Essas atividades, sem modificar a espinha dorsal da escola, penetram-se numa espécie de competição com sua estrutura institucional, e podem criar a dicotomia ‘escola desinteressante e burocrática x atividades socioeducativas interessantes e inovadoras’.” (CAVALLIERE; COELHO, 2017, p. 14).

Nos últimos 20 anos algumas organizações não-governamentais (ONGs), começaram a se articular com a agenda educacional do país. Seria um provedor de serviço que daria suporte a escola para garantir outros espaços educacionais para a educação integral em tempo integral. Com isso, criou-se uma grande preocupação e críticas, pois o sistema educacional público estaria de certa forma subordinado terceiro setor, onde a iniciativa privada se apresentaria como um grande provedor de

serviços e a escola não passaria por mudanças para ofertar uma educação de qualidade. A melhoria no cenário educacional com a oferta do tempo integral viria, principalmente, dessas parcerias com o terceiro setor. (COSTA, 2017, p. 37).

Políticas recentes estimulam a ampliação da jornada escolar visando melhoria na qualidade de ensino, bem como a oferta de oportunidades diversas para nossos estudantes, ampliando o contato deles com diversos tipos de culturas e novas experiências. Com isso diversas ações, dentre elas decretos e programas específicos se correlacionam com políticas sociais que se utilizam de vários aparelhos privados associados ao empresariado, que acabam por influenciar as propostas governamentais sobre educação.

## ASPECTOS LEGAIS DA AMPLIAÇÃO DA JORNADA ESCOLAR

O direito à Educação previsto na Constituição de 1988, bem como o acesso à escola, segue garantindo a possibilidade de ascensão social para uma grande parcela da população brasileira. No caso da escola pública, onde concentra-se grande parte dos alunos oriundos das classes populares, a escola assume extrema importância, sendo assim considerada como espaço de construção de conhecimento. Pensando neste viés, seria importante que os estudantes permanecessem mais tempo na escola, fazendo assim com que ela cumprisse seu papel para a construção da democracia.

A Educação Integral então assume ser um tipo de educação para além da instrução escolar, envolvendo – se radicalmente com a formação dos estudantes de forma efetiva e não apenas complementar. Uma formação que abrange aspectos intelectuais, culturais, artísticos, dentre outros, abrindo a escola para suas redondezas, atrelada ao que trataremos nesta pesquisa de Educação Integral e(m) Tempo Integral.

A ampliação da jornada escolar da escola pública foi prevista em lei (LDB nº 9394/96, Art. 34, prevendo o aumento progressivo para além das quatro horas. Com isso, a escola tende a assumir grande importância na vida social e no desenvolvimento intelectual da população oriunda das classes populares. O traçado histórico aqui apresentado busca a reflexão sobre a criação das escolas de Educação integral em tempo integral, em diferentes momentos, como por exemplo a criação da Escola Parque na Bahia e dos Centros Integrados de Educação Públicas (CIEPS), criados nos anos 80, pelo então governador do Rio: Leonel Brizola.

Outros marcos legais, como por exemplo, a lei n. 10.172 de 2001 (BRASIL, 2001), que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE), para o período de 2001 a 2010, prevê a ampliação progressiva da jornada escolar visando expandir a escola de tempo integral. Com a lei a lei n. 11494 de 2007 que regulamentou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), começa a ser delineada “A educação em tempo integral como política de Estado, já que como lei, perdura independente das políticas de governo.” (MÓL, 2017, p. 69).

Em 2007, o Decreto n. 6094, de 2007, o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, prevê as possibilidades de permanência dos estudantes sob responsabilidade da escola para além da

jornada escolar, enfatizando que não ser preciso restringir - se ao interior da escola. Com isso abriu-se a possibilidade para o uso de outros espaços educativos. De certo modo ocorreu uma redescoberta da Escola Integral, para além do espaço da escola, trazendo a possibilidade de atrelar ao cenário educacional a iniciativa privada e as ONGs. Surge o projeto Bairro-Escola, objeto de inúmeras críticas, que apesar de algumas contradições buscou consolidar uma Política Pública de Educação Integral a partir de 2009, através do programa Mais Educação.

Assim, criou-se uma nova modalidade de espaço-tempo para atender uma nova clientela, que buscou a escola de tempo integral, não apenas pelo seu forte cunho assistencialista, mais principalmente, pelo estilo mais humanista e democrático, que pensou em acompanhar as demandas na busca de uma sociedade mais igualitária e justa.

Em 2014, entra no cenário das Políticas Públicas Educacionais o Plano Nacional de Educação, que tenta garantir políticas de incentivo para todas as áreas da educação nacional.

Nesse contexto, o Plano Nacional de Educação cumpre a função de articular os esforços nacionais em regime de colaboração, tendo como objetivo universalizar a oferta da etapa obrigatória (de 04 a 17 anos), elevar o nível de escolaridade da população, elevar a taxa de alfabetização, melhorar a qualidade da educação básica e superior, ampliar o acesso ao ensino técnico e superior, valorizar os profissionais da educação, reduzir as desigualdades sociais, democratizar a gestão e ampliar os investimentos em educação. ([PNE.mec.gov.br/](http://PNE.mec.gov.br/) acesso em 07 dez. 2025)

No Plano Nacional da Educação a Meta 6 do PNE traça estratégias que ajudam a reafirmar a busca por uma escola em constante transformação e que está sempre em busca da formação integral do ser.

A trajetória histórica da Educação Integral em tempo integral nos revela os desafios que a ampliação da jornada escolar traz para a escola. O desejo de desenvolver esta pesquisa demonstra a nossa intenção ao recuperar, problematizar e tentar atualizar os fundamentos da educação integral, apontar os caminhos para uma educação que busque a formação humana. (CAVALIERE, 2002). Pensamos na construção coletiva de uma escola pública que possa hoje no Brasil trazer mais democracia e exercer papel importante na sociedade.

E assim inspirados pelos ideais de Anísio Teixeira, Leonel Brizola e Darcy Ribeiro, em 2007 o Governo Federal implantou o Plano de Desenvolvimento da Educação, o FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a lei n. 11.494, de 2007) (BRASIL, 2007) que trouxe contribuições valorosas nos níveis da educação básica.

"Isso aconteceu diante da possibilidade de financiamento da educação básica em tempo integral, considerada como jornada escolar de no mínimo sete horas diárias, abarcando o tempo total de permanência de um mesmo aluno na escola ou em atividades escolares." (BRASIL, 2007)

O FUNDEB definia a educação integral em tempo integral como uma política de Estado instituída para além de questões políticas de governo. Buscou garantir a ampliação do tempo e a melhoria da educação pública em nosso país.

Posteriormente o Programa Mais Educação, criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para indução da construção da agenda de educação integral nas redes estaduais e municipais de ensino que amplia a jornada escolar nas escolas públicas, para no mínimo 7 horas diárias, por meio de atividades optativas nos seguintes campos: acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica.

Concebido como um programa indutor para Educação integral, o Programa Mais Educação criado pelo governo Federal, em colaboração com os Estados e Municípios trará para rede pública, traz uma nova visão e modo de fazer a Escola Integral para além dos paradigmas tradicionais. Com uma concepção madura de ampliação de carga horária e com o investimento do PDE, o programa sugere uma tomada territorial educativa, além dos muros da escola. Ele sugere uma ampliação de espaços e de novas oportunidades de conhecimento.

“Para além do espaço específico da sala de aula e dos espaços da escola, o Programa Mais Educação fomenta e financia atividades propostas, organizadas e coordenadas pela escola e que aconteçam em espaços significativos da vida do bairro e da cidade, estimulando a experiência cultural e civilizatória do cinema, do teatro, do museu, dos parques, das praças, entre outros, como parte de ação curricular da escola.” (MOLL, 2013). As experiências bem-sucedidas do Programa Mais Educação, darão gás para novas experiências no campo da Educação integral em nosso país.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A escrita deste texto resulta de um esforço de reflexão orientado teoricamente e metodologicamente pela trajetória e legislação educacional sobre educação integral em tempo integral.

Foi uma pesquisa que buscou fazer um traçado histórico e crítico sobre o tema proposto, apontando também alguns desafios e contradições. O tema sobre a ampliação da jornada escolar no Brasil desde os anos de 1980, apresentou- se como um grande desafio educacional, principalmente que para além das práticas educativas, propunha-se as mudanças estruturais na escola desde sua organização até as discussões sobre tempo e espaço.

A educação ao longo dos anos passa por transformações significativas e com isso é importante aprender a lidar com as novas situações da escola antes inexistentes e, sobretudo, criando uma cultura escolar específica da escola em tempo integral. Esse tempo integral seria um tipo de jornada ampliada (COSTA; 2017, p. 38). Questões relacionadas ao currículo, também foram alvos de muitos questionamentos e debates.

A proposta da educação integral em tempo integral apontaria para a escola para além da instrução escolar, investindo na formação humana e não apenas se caracterizando suplementarmente nas áreas de arte, cultura e lazer.

Outra questão importante dentro dessa nova proposta educacional seria a abertura da escola para suas redondezas, pensando construir uma escola democrática, onde a relação tempo-espacó fugisse do enclausuramento na escola. A educação integral em tempo integral prioriza os espaços da escola, mas a falta de estrutura para atender as demandas da rotina educacional diária traz a necessidade de buscar outras alternativas.

As discussões sobre o terceiro setor e sua interferência na ampliação da jornada escolar trazem alguns questionamentos no que diz respeito a intencionalidade inicial de que o estudante permanecesse mais tempo na escola. Não se pode negar o fato de que essa situação trouxe benefícios financeiros para o setor privado, neste caso as ONGs, que eram utilizadas como outros espaços educativos que colaborariam com a ampliação da jornada escolar, mas também é importante reconhecer que a educação integral em tempo integral trouxe inovações ao cenário educacional brasileiro, contribuindo com a formação humana dos estudantes e também com novas práticas educativas. A ampliação dos espaços educativos também traz as discussões sobre a aproximação do aluno e do professor com o mundo e a cultura ao redor da escola. É importante ainda pensar que a utilização de outros espaços educativos não deixa de lado a necessidade de a escola ser reestruturada e pensada para atender a formação integral dos estudantes.

Diante do exposto acima, após a realização dessa pesquisa é possível concluir que a trajetória da educação integral em tempo integral é marcada por lutas, contradições e desafios futuros para que se consolide a ideia de que o tempo integral não pode ser só de responsabilidade da escola, devendo ser compartilhado com outros programas e políticas educacionais. (COSTA, 2017, p. 45). Garantir aos estudantes mais tempo na escola é principalmente pensar sobre a tarefa da escola de cumprir o seu papel na construção da democracia. (CAVALIERE; COELHO, 2017, p.13). Com isso, também é possível pensar que os sistemas educativos diante das atuais e desiguais condições de ação que eles enfrentam, irão gradativamente implantar a educação integral em tempo integral. O desejo de muitos é que esse modelo educacional seja constituído como um instrumento estratégico para diminuir as desigualdades e investir na formação integral dos estudantes.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Presidência da República. 5 de outubro de 1988. Brasília, DF acesso 08 dez 2025.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente, Câmara dos Deputados, Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. DOU de 16/07/1990 – ECA. Brasília, DF acesso 08 dez 2025.

BRASIL, LDB. Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em Disponível:  
[http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm)

BRASIL, lei nº 10.172. de 9 de janeiro de 2001 aprova o Plano Nacional de Educação. Disponível em:  
[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf\\_legislacao/tecnico/legisla\\_tecnico\\_lei10172.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/tecnico/legisla_tecnico_lei10172.pdf)

BRASIL, lei n. 11.494, de 2007. FUNDEB: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/l11494.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11494.htm)

BRASIL, Portaria Normativa Interministerial Nº-17, de 24 de Abril de 2007. Disponível em  
[http://portal.mec.gov.br/busca?ordering=newest&searchphrase=all&limit=20&areas\[0\]=tags&searchword=form%C3%A7%C3%A3o%20integral](http://portal.mec.gov.br/busca?ordering=newest&searchphrase=all&limit=20&areas[0]=tags&searchword=form%C3%A7%C3%A3o%20integral)

CAVALIERE, A. M. Educação integral como “política especial” na educação brasileira in COELHO, Ligia Martha C. da Costa. Educação integral: história, políticas e práticas. 1. ed. – Rio de Janeiro: Rovelle, 2013.

CAVALIERE, Ana Maria Villela. Educação integral: uma nova identidade para a escola brasileira? Educação & Sociedade, Campinas: CEDES, v. 23, n. 81, p. 247-270, dez. 2002. Disponível em:  
[www.scielo.br](http://www.scielo.br)

COSTA, R. A. Ampliação da jornada escolar e o terceiro setor: o CENPEC em ação in CAVALIERE, A. M. V. COELHO, L. M. C.C. (Organizadoras) Pesquisa sobre Educação Integral e Tempo Integral: História, Políticas e Práticas. In: Curitiba: CVR, 2017.

MAZZOTTI, A. J. O planejamento de pesquisas qualitativas em educação. Cadernos de pesquisa, N°. 77, 1991, págs. 53-61

MOLL, S. C. A construção da educação integral no Brasil: aportes do Programa Mais Educação in COELHO, Ligia Martha C. da Costa. Educação integral: história, políticas e práticas. 1. ed. – Rio de Janeiro: Rovelle, 2013.

MÓL, S. C. Aportes normativos da ampliação da jornada escolar no Brasil: e o Programa mais Educação com isso? In CAVALIERE, A. M. V. COELHO, L. M. C.C. (Organizadoras) Pesquisa sobre Educação Integral e Tempo Integral: História, Políticas e Práticas. In: Curitiba: CVR, 2017.

NUNES, C. Centro Educacional Carneiro Ribeiro: concepção e realização de uma experiência de educação integral no Brasil. Em Aberto, Brasília, v. 22, n. 80, p. 121-134, abr. 2009. Disponível em file:///C:/Users/relua/Downloads/2225-2283-1-PB%20(1).pdf

PARENTE, Claudia da Mota Darós. A construção dos tempos escolares. Educ. rev. [online]. 2010, vol.26, n.2, pp.135-156. ISSN 0102-4698.

SANTOS, M. A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SAVIANI, D. Escola e democracia. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989.

SUPERANDIO, A.; CASTRO, J. M. P. O Programa estadual mais tempo na escola: desafios da educação integral no Espírito Santo in COELHO, Ligia Martha C. da Costa. Educação integral: história, políticas e práticas. 1. ed. – Rio de Janeiro: Rovelle, 2013.

TEIXEIRA, A. Centro Educacional Carneiro Ribeiro. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, v. 31, n.73, p. 78- 84, jan/mar de 1959.